

TEORIAS DO NEO-IMPERIALISMO: RAÍZES DA TEORIA MARXISTA DO CAPITALISMO MUNDIAL

Alex Fiuza de Mello¹

A Segunda Guerra Mundial demarca um divisor de águas na história do capitalismo. O quadro de estagnação e de depressão (*Great Slump*) que marcara o interregno de 1929-1933, seguido pelos conseqüentes conflitos políticos que fermentaram o nazi-fascismo e que desaguaram, em 1939, em mais um conflito de incidência planetária, revelava, como nunca, de uma forma nítida e inquestionável, que o capitalismo já não mais podia persistir ou manter-se, senão como um sistema efetivamente organizado e planejado em escala global, uma vez que - tal como Marx antecipara - cada crise particular já interferia no conjunto (e vice-versa), ameaçando-o. Nesse sentido, como condição à estabilidade de longo prazo e de defesa contra outras crises futuras, a dinâmica capitalista do pós-guerra passava a exigir fundações menos frágeis que aquelas que haviam sustentado a economia mundial até os anos 1920/30, apresentando-se o desafio de formas mais globais de planejamento e de acordos macroeconômicos entre as potências industriais como o único caminho à salvaguarda do sistema como um todo.

O keynesianismo (com sua fórmula do Estado regulador/ investidor e de Bem Estar) e o fordismo (como universalização do modelo produtivo americanista pautado na produção e no consumo de massa) emergem, então, como padrões institucionais *mundiais* de estabilização sistêmica, responsáveis pela ampliação das

¹Departamento de Ciência Política – Universidade Federal do Pará. Autor de *Mundialização e Política em Gramsci*. São Paulo: Ed. Cortez, 1996; *Marx e a Globalização*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999; *Capitalismo e Mundialização em Marx*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000.

demandas efetivas que garantiriam, durante os vinte e cinco anos que se seguiram a 1945 (*Golden Years*), a acumulação capitalista a uma taxa média de crescimento econômico jamais conhecida na história. Nesse movimento, a centralização do poder financeiro internacional se torna ainda maior, passando os Estados Unidos, praticamente, a desfrutar do monopólio da liquidez mundial, em 1947, simbolizado na equivalência de suas reservas de ouro ao percentual de 70% do total disponível no planeta (Arrighi, 1996, p. 284):

Desde então, o que passa a suceder é uma contínua e substancial reestruturação das bases institucionais do capitalismo legadas pelo imperialismo clássico, avançando-se a criação de mecanismos *supranacionais* efetivos de regulação econômica e política, com os Estados Unidos na cabeça do sistema. O novo sistema monetário mundial, resultante do acordo de Bretton Woods (e que definiu o dólar como padrão universal de equivalência), nada mais fora que um reflexo dessa nova percepção globalizada do sistema capitalista, em que também a produção e a circulação do dinheiro mundial passara a ser assumida e/ou controlada por uma rede de organizações governamentais supranacionais.

É a partir desse período, de fato, que emergem as federações interestatais, como a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) e a Organização das Nações Unidas (ONU); blocos regionais de mercado comum (inicialmente o Mercado Comum Europeu-MCE - e, mais recentemente, o Tratado de Livre Comércio da América do Norte-NAFTA-, a Comunidade de Estados Independentes-CEI-, a Associação das Nações do Sudoeste Asiático-ASEAN- e o Mercado Comum do Sul-MERCOSUL); organismos mundiais de política econômica, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e a Organização Mundial do Comércio (OMC - antigo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio-GATT) (Tanzer, 1995, p.1-15); padrões

² Sobre a preeminência mundial da economia norte-americana no pós-guerra, ver também Furtado, 1987, particularmente caps. I e II.

tecnológicos globais de produção, redes intercontinentais de comunicação, etc.

Nesse cenário - é preciso ter-se presente -, são as novas combinações entre os investimentos internacionais, a colaboração recíproca (para além da concorrência) e/ou a fusão (sinergia) entre grandes empresas oligopólicas (já era processamento desde a primeira metade do século) e, ainda, uma maior racionalização das operações de mercado em escala mundial, os fatores que passam a exigir uma reestruturação mais radical de todo o sistema político-institucional e econômico-financeiro internacional (Chesnais, 1996. p. 15-28), tendo em vista a adequação de sua formatação às necessidades de um novo e emergente ciclo de acumulação: *a centralização transnacional do capital*. Vai-se, então, progressivamente, configurando um novo patamar de institucionalidade societária, forjado a partir da liberação das "forças do mercado" dos entraves interpostos ao movimento dos negócios, durante mais de meio século, pela divisão imperialista clássica, e que traduz, em última instância, o próprio estágio avançado do processo de concentração/centralização do capital, numa escala historicamente inédita.

Ao ritmo do espetacular avanço no reordenamento global da economia e das estruturas de poder, que se imprimiu a partir de 1945, as grandes corporações empresariais, como um punhado de "cavalos de Tróia,"¹ passam, também, a expandir-se *transnacionalmente*, invadindo os mercados internos dos vários países, mobilizando recursos externos em prol de sua própria expansão burocrática, e assumindo, com a passagem para combinações ainda mais complexas de composição do capital, uma configuração concreta e crescentemente *multinacional* de materialidade, com autonomia de locomoção e de gestão historicamente inéditas.

Uma nova divisão internacional do trabalho começou [então] a minar a mais antiga. A firma alemã Volkswagen

³ Empesto aqui essa simbólica metáfora de Arrighi, 1996. p. 304.

Estudos de Sociologia

montou fábricas de automóveis na Argentina, Brasil, Canadá, Equador, Egito, México, Nigéria, Peru, África do Sul e Iugoslávia - como usualmente, principalmente após meados dos anos 60, as novas indústrias do Terceiro Mundo passaram a suprir não apenas seus inchados mercados locais, mas também todo o mercado mundial (...) As indústrias locais *tornavam-se parte de um processo transnacional de manufatura* (...) [onde] a linha de produção agora se movia não [mais] por meio de hangares gigantes situados num único e simples terreno, mas através do globo. (Hobsbawn, 1995, p. 280)

Na raiz de todo esse *boom*, contudo, estava também a Guerra Fria (*the major engine of the the great global boom*) (Hobsbawn, p. 275), que cedo encorajou os *policy-makers* norte-americanos "a assumir uma visão mais ampla [do processo] - também motivada pelos saldos desastrosos da experiência do entre-guerras -, convencendo-os de que a ajuda o mais rápido possível em favor do crescimento de seus futuros competidores [europeus e japoneses] era politicamente urgente" (Hobsbawn, p. 275). Como uma genial "maquinação", que fornecia um ambiente ideológico propício à aceleração das costuras necessárias ao novo ordenamento do capitalismo mundial, logo o medo das ações revolucionárias conduziu a que a edificação da Europa Ocidental e do Japão, assim como a "integração" da América Latina, se apresentassem mais como prioridades concretas e imediatas ao efeito-demonstração da viabilidade da receita de um "mundo livre", do que propriamente a recomposição do planeta por inteiro tão-somente à imagem norte-americana. E, não por menos, a ideologia unimundísta do New Deal, de Roosevelt, é logo reciclada por Truman, que já não mais falava de um "mundo unido", mas de *dois mundos irremediavelmente opostos entre si*: um, sob influência norte-americana e, outro, sob aquela da União Soviética (Arrighi, 1996, p. 286 e 305).

É nesse clima de tensão política - onde "a ameaça do comunismo, ainda que mais imaginada que real, certamente acelerava a reconstrução do Ocidente sob a liderança da América (EUA) e com o dinheiro americano" (Berghahn, 1986, p. 72) - que se refazem as estratégias e as doutrinas do desenvolvimento, assim como as táticas de dominação. Diferentemente das formas diretas e assustosas de controle político, típicas da fase do imperialismo clássico (como ocorrera com a divisão e ocupação da África), as forças capitalistas articulam, agora, mecanismos mais "informais" de controle do mercado mundial, respondendo à avalanche dos movimentos de independência política - deflagrados com o processo de descolonização pós-45 - com o "quieto" (mas eficaz) exercício do poder econômico concentrado. Com a consolidação das ramificações internacionais do capital financeiro, os acordos de Bretton-Woods e a marcha ascendente da multinacionalização das bases produtivas do grande capital (segundo o modelo *americanista*),⁴ puderam, então, os Estados Unidos (em nome da *lógica do sistema* e de sua hegemonia mundial) pressionar pela dissolução dos impérios britânicos e franceses, desistir das Filipinas (e de outras ambições *territoriais*) e forçar o exército holandês a retirar-se da Indonésia. O que agora interessava (dada a nova conjuntura histórica), não era mais, tanto, o "império formal" (como no passado), mas aquele "*informal*", da dominação econômica - "surda" e inelutável (Wesseling, 1986, p. 2).

Não por acaso, é nessa época que emergem teorias como a do "imperialismo do livre mercado" (1953), dos historiadores britânicos J. Gallagher e R. Robinson (Gallagher & Robinson, 1953, PP-1-15, apud Wesseling, 1986), colocando em discussão o sentido do próprio conceito de imperialismo (seu sentido clássico) face aos desdobramentos dos novos acontecimentos. A nova realidade impunha novas questões:

⁴ Numa perspectiva crítica, a chamada *Pax Americana*, do pós-guerra, pode ser vista como uma tentativa do capital mundial, sob a liderança dos Estados Unidos, de reconstruir as organizações capitalistas internacionais sob formas compatíveis de gestão de um mercado (neo)liberal-multilateral, tendo em vista a estabilidade futura do sistema (e considera as catástrofes de 1929 e 1939). V.R. Berghahn, 1986, p. 328.

Estudos de Sociologia

Continua o imperialismo em diferentes formas ou teve seu caráter essencialmente alterado? Estão as potências imperiais continuando a exercer sua influência num sentido ou noutra - informalmente mais que formalmente (...)? Apoiar-se-iam [os novos mecanismos de dominação] nas tradições imperialistas? (...) Se o controle político é apenas uma forma de imperialismo - entre outras -, a perda e a recuperação da independência política, ao menos do ponto de vista dos povos colonizados, conferir-lhes-ia alguma diferença qualitativa em sua posição? (Wesseling, 1986, p. 3)

São reflexões que, fundadas na percepção das significativas mudanças então em andamento no plano da economia e da política mundiais, *colocavam em suspenso o entendimento das novas conexões entre capital (multinacional) e Estado (nacional)*. Além do mais, tratava-se de averiguar e caracterizar o que parecia ser uma outra etapa da história do capitalismo, marcada pelo aparecimento de estruturas empresariais mais complexas (as firmas multinacionais), por uma nova divisão internacional do trabalho e pelo crescimento de um sistema financeiro ainda mais integrado e sem fronteiras.

A visualização da passagem da *internacionalização* à *transnacionalização* do capital, com todas as mudanças aí implicadas, logo obrigou, às primeiras formulações teóricas dedicadas à análise das transformações da ordem mundial pós-45, uma correspondente adequação da noção de *imperialismo* em relação à sua clássica conotação. Assim, os principais e iniciais esforços de teorização do novo contexto histórico foram no sentido de "alargar", ainda mais, o significado desse conceito, transformado em:

alguma coisa mais geral que (...) a mera desigualdade de poder entre diferentes nações (...) [e que deveria] encampar também [o sentido de] dominação informal,

Alex Fiuza de Mello

incluindo [todas] as relações de dominação dentro do mundo industrialmente avançado. (Schwabe, [19?], p. 16)

Entre os anos 60 e a primeira metade dos 70, aparecem, assim, as primeiras obras de Economia Política dedicadas à nova temática, destacando-se, dentre essas: *Depois do Imperialismo*, de Michael Barratt Brown; *Capitalismo Monopolista*, de Paul Baran e Paul Sweezy; *O Capitalismo Tardio*, de Ernest Mandel; *A Economia Mundial Capitalista*, de Christian Palloix, e *A Acumulação em Escala Mundial*, de Samir Amin. Trabalhadas nos contornos do paradigma do imperialismo, todas essas teses, não obstante, já apontam (cada uma a seu modo) para o que consideram ser o advento de uma *nova era* do capitalismo, qualitativamente distinta daquela anterior à II Grande Guerra (do imperialismo *clássico*), tematizando, assim, o que, via-de-regra, consagrou-se denominar de neo-imperialismo.

Essas obras podem ser consideradas precursoras do que, logo em seguida, a partir da segunda metade dos anos 70, derivou-se apontar, sobretudo nos meios marxistas, de "teoria do capitalismo mundial": uma perspectiva teórica que, ainda que voltada à superação de certos balizamentos fornecidos por esses primeiros estudos, neles encontra, contudo, suas verdadeiras raízes inspiradoras. Como ver-se-á a seguir, em todas essas contribuições já se anunciam os principais delineamentos analíticos em cuja moldura passaram a estruturar-se, mais recentemente, todas aquelas correntes de pensamento que, de uma forma ou de outra, visaram construir uma leitura crítica dos desdobramentos contemporâneos do processo de mundialização do capitalismo, configurada enquanto interpretação alternativa à versão neoliberal no estudo do processo de globalização.

No que toca a Barratt Brown, o mérito maior deste economista inglês repousa no fato de ter sido o primeiro marxista, após a geração de Lênin, a elaborar um ensaio de fôlego versando sobre as novas manifestações do capitalismo mundial na sua fase de expansão pós-Segunda Guerra Mundial. Sua tese chegou a ser

reputada por Ernest Mandel, um ano após sua primeira publicação (1963), como "uma das obras econômicas mais importantes dentre as que se publicaram recentemente [nos anos 60] em inglês - e provavelmente a mais importante do ponto de vista da teoria e prática socialista" (Mandei, 1964).

Curiosamente, a expressão original "After Imperialism", no contexto da obra, significa não um *estágio presente* (a época) do desenvolvimento do capitalismo, mas uma *possibilidade futura* (tendencialmente posta), um desdobramento do movimento do capital já (então) em curso, em direção a uma economia *institucionalmente internacional*, identificada pelo autor não no sentido kautskyano de um internacionalismo mais alargado, mas naquele leniniano de divisão do mundo ainda mais aguçada. O mundo previsto há mais de trinta anos por Barratt Brown é o mundo dos "blocos de comércio", dos "mercados comuns" (como realmente está sucedendo neste início de século), articulados pelos agentes dos "novos impérios": as *corporações empresariais gigantes* (Barratt Brown, 1973). A diferença desse novo quadro, relativamente ao passado, estaria em que os mecanismos de controle do mercado mundial e do exercício de hegemonia a nível internacional deixam de ancorar-se, fundamentalmente, nas antigas formas de intervenção política - diretamente exercida por Estados em nome dos interesses oligopolistas nacionais (tal qual à época do imperialismo clássico) -, para se efetivarem, então, por meio de estratégias *tipicamente econômicas (sob controle do grande capital privado)*, como o domínio monetário concentrado, a imposição de padrões tecnológicos em escala mundial, etc. A Guerra Fria e os movimentos de libertação nacional (tal qual os ocorridos ao longo dos anos 50 e 60, sobretudo na África e na Ásia) - além do trauma deixado pelas duas Guerras Mundiais -, são fatores que passam a interferir profundamente no ordenamento da economia mundial e nas estratégias de sua condução.

Barratt Brown percebe mudanças substanciais no reordenamento da economia mundial pós-45. Reconhece tratar-se, a conjuntura do pós-guerra, de um inédito momento do

desenvolvimento do sistema econômico capitalista, concebido como um "único mundo"(Barrat Brown) - aquele do "capitalismo sem império" -, articulado agora, diretamente, por grandes firmas, cada vez mais centralizadas em plano internacional. Nesse sentido, destaca todos os elementos para se poder pensar a superação da fase imperialista clássica e o ingresso do capitalismo numa etapa inédita de seu desenvolvimento monopolista: a multinacionalização da economia, o domínio das firmas multinacionais, os mercados comuns, etc. Curiosamente, porém, todo esse *insight*, condensado na expressão *after imperialism*, vem vislumbrado tão-somente como uma condição futura - talvez porque o intelectual ainda estivesse preso ao compromisso de entender o papel de seu país, a Inglaterra, nesse novo contexto⁵, admitindo Barratt Brown ser ainda, o *imperialismo* (àquela altura), a chave-conceitual de todo entendimento para os acontecimentos de seu tempo:

Alguns amigos propuseram-me adicionar uma interrogação após o título. Eu não o fiz porque isto sugeriria precisamente aquilo que as mais violentas críticas me acusam: que eu devo acreditar que, mesmo se o imperialismo não está definitivamente superado, existem algumas questões pendentes sobre esta matéria. Pelo contrário, minha crença é que o imperialismo é ainda, fora de questão, a força mais poderosa no sentido que eu usei o termo, para descrever um complexo de relações econômicas, políticas e militares através das quais as terras economicamente menos desenvolvidas [ainda] estão subordinadas àquelas mais desenvolvidas. (Barrat Brown, 1973, p.viii)

Logo após, Barratt Brown, Paul Baran e Paul Sweezy (1965/6) deslocam o olhar da Inglaterra para o novo centro hegemônico do sistema capitalista mundial, tentando decifrar, tal qual o

⁵ Como reiteradamente admite ao longo de todo o trabalho, cuja trajetória narrativa, aliás, é dedicada o tempo inteiro a verificar a condição inglesa (e seu futuro) no novo quadro emergente da economia mundial do pós-guerra.

companheiro inglês, as razões para o novo *boom* de crescimento da economia no pós-guerra e seu novo formato organizativo. Tomando por base os Estados Unidos da América como sociedade contemporânea típica para as análises do desenvolvimento recente do capitalismo (dado seu nível avançado de industrialização) - como servira, a Inglaterra, de laboratório privilegiado a época de Marx -, Baran e Sweezy concentram-se em verificar quais são os mecanismos que, numa fase monopolista avançada de concentração e centralização do capital, permitem a efetiva absorção do "valor excedente" gerado - curiosamente não trabalham diretamente com o conceito de *mais-valia* (!) - e as conseqüências econômicas e políticas desse novo contexto dinâmico de reprodução do capital.

Para esses autores, a um certo nível da história da acumulação capitalista mundial, modificam-se as formas organizacionais das empresas e as estratégias e dinâmica da concorrência entre capitais, relativamente à conjuntura que imperava na fase clássica da chamada livre concorrência capitalista (século XIX). Enquanto o centro do mundo econômico, àquela altura, girava em torno não da empresa, mas do magnata (que controlava pessoalmente e com a família os vários negócios e atividades de sua companhia), com a chegada do novo século, herdada uma longa trajetória de acumulação de capital em vários setores e ramos produtivos, o panorama da economia (sobretudo nos países mais industrializados, como os Estados Unidos) ganha novos contornos. Inaugura-se, então, o império da "sociedade anônima gigante", das empresas com alta taxa de concentração de capital, que pouco a pouco passam a expandir suas bases produtivas e a controlar faixas importantes do mercado mundial, e cuja nova "anatomia", já então amadurecida e consolidada no período subsequente às duas Grandes Guerras, vem expressa, exemplarmente, no pronunciamento de Henri Ford II, a 28 de abril de 1955, num discurso perante a Associação Americana de Diretores de Jornais (devidamente tomado por Baran & Sweezy como ilustração do "espírito de época"):

Alex Fiuza de Mello

A companhia moderna, ou o capitalismo da empresa conjunta, substituiu em grande parte o capitalismo do magnata. A companhia-de-um-homem-só, proprietário-administrador, está sendo rapidamente substituída por uma nova classe de administradores profissionais, dedicados mais ao progresso da empresa do que ao enriquecimento de uns poucos donos. (Baran & Sweezy, 1966, p. 40)

Nesse novo contexto, a substituição do capitalista individual pelo capitalista da sociedade anônima, a passagem do controle da política e da ação empresariais a uma administração coletiva e impessoal constituída por uma camada de tecnocratas-executivos treinados especificamente para a tarefa, é o sinal externo de que a dinâmica da economia de mercado e o inédito grau de concorrência inter-capitais (agora oligopolizados) estavam a exigir níveis crescentes de racionalidade administrativa. Na guerra pela maximização do lucro, no interior de uma dinâmica de mercado dominado por grandes firmas, a capacidade de sobrevivência de longo prazo, por meio de reinvestimentos constantes, torna-se fator essencial para qualquer empresa - o novo capitalista coletivo. O horizonte temporal limitado de vida dos antigos proprietários individuais é substituído pelo princípio da imortalidade da companhia *qua* empresa, inaugurando-se, com isso, um novo patamar institucional de existência do capital.

Nesse novo regime, a expansão constante da empresa se torna vital, e os autores ressaltam a importância que adquirem, então, os investimentos no exterior como mecanismo de retroalimentação da produção de valor excedente e, conseqüentemente, da capacidade de reprodução ampliada do Próprio capital (Baran & Sweezy, 1966, p. 109-12). Intensifica-se a internacionalização dos negócios. As corporações dominantes no conjunto da economia internacional tornam-se tão fortes e gigantescas que, praticamente, conseguem estabelecer, a partir de um certo momento (e após um longo aprendizado assimilado durante uma fase inicial de concorrência sem planejamento), um controle

definitivo (e acordado) sobre a política de preços em todo o mercado mundial, ao mesmo tempo que partem (como nova opção de maximização do lucro) para uma política sem precedentes de intensificação das inovações tecnológicas no sistema produtivo, e que conduz, por sua vez, a uma redução progressiva e geral dos custos de fabricação e no aumento da produtividade. Então, com o tempo, vai se produzindo, paulatinamente, um *gap* crescente entre *custos de produção* (sempre mais baixos) e *preços de venda* (estabilizados), do que resulta um aumento da taxa média de lucro e o crescimento desmesurado do "excedente econômico", a ponto de a empresa passar a autofinanciar-se independentemente dos bancos (opostamente à época de Hilferding), e, muitas vezes, a própria agência financeira torna-se uma filial da firma gigante.

Na fase do capitalismo monopolista o problema passa a ser, então, "exatamente o contrário do que dizem os livros didáticos: não como utilizar da melhor forma os recursos escassos, mas como dispor dos produtos dos recursos superabundantes" (Baran & Sweezy, 1966, p. 113). A absorção desse excedente gerado, que já não pode ser consumido inteiramente pelos capitalistas (cujas necessidades particulares não crescem no mesmo ritmo), nem reinvestido integralmente no processo produtivo, cria um tremendo excesso de capacidade instalada, sem garantias da realização lucrativa futura dos novos produtos derivados, gerando crise e estagnação (como ocorreu em 1929). No interior desse quadro - argüem Baran e Sweezy - a saída encontrada pelo capital é tríplice e possui um dinamismo que vai ganhando fôlego sobretudo a partir da I Guerra Mundial, mas que atinge seu ápice após o final da II Guerra, nos anos 50: a) o crescimento das campanhas de venda (publicidade); b) o financiamento dos gastos governamentais (empréstimos para "programas desenvolvimentistas"); c) a expansão dos gastos militares (legitimados pelas ameaças da Guerra Fria).

As implicações internacionais de semelhante política - implantada em todo o planeta para favorecer o grande capital (o capital de monopólio) - refletem-se, então, em novas formas de imperialismo, materializado através do endividamento externo

crescente dos países devedores (e conseqüente processo inflacionário), do fomento de guerras, do aparelhamento do armamento nuclear, resultando de tudo isso a destruição ecológica e toda sorte de irracionalismo a que o sistema capitalista mundial passa a estar condicionado. As corporações monopolistas, submetidas a uma feroz concorrência entre seus pares pelo domínio de faixas cada vez maiores do mercado global, transformam-se em imensos conglomerados associados aos vários Estados nacionais e a organismos multinacionais, ocupando, ao final do processo, todos os espaços de mediação política a nível interno dos países e em escala planetária, tomando o mundo nas mãos, a ponto de não restar mais qualquer via de reação ou resistência, por parte das forças sociais contrárias, capaz de ameaçar a nova ordem sistêmica estabelecida.

Ernest Mandel irá resumir conceitualmente essa nova etapa do processo de concentração/centralização do capital como "*terceira idade*" (*troisième âge*) do capitalismo (na versão francesa do original alemão, *Der Spatkapitalismus*, 1972), ou como "*capitalismo tardio*" (*late capitalism*), na visão inglesa. Nomenclaturas à parte, trata-se de caracterizar o que é essencial no processo histórico em curso (e que coincide, *grosso modo*, com a tese de Baran e Sweezy): o aumento gigantesco dos custos dos grandes projetos de acumulação do capital, os quais, dados os enormes riscos de investimentos determinados por uma rentabilidade lenta dos oligopólios de alta taxa de composição orgânica, tiveram de ser bancados diretamente pelos orçamentos estatais, a partir do que se garantiu a reprodução ampliada do capital às custas da socialização da dívida pública em todo o planeta.

As condições materiais gerais da produção, sua infra-estrutura básica e o financiamento dos demais empreendimentos estratégicos, tornaram-se, neste período, tarefa do Estado (keynesianismo), que amplia, assim, suas esferas de ação para além dos tradicionais dogmas do liberalismo.

O 'capital de Estado' - diz Mandel - funciona [aqui] como sustentação (*soutien*) do capital privado [sobretu-

Estudos de Sociologia

do do capital monopolista] (...) O capitalismo tardio é caracterizado por crescentes dificuldades quanto à valorização do capital (sobrecapitalização, superacumulação). O Estado tenta vencer estas dificuldades, ao menos em parte, assegurando a estes capitais possibilidades suplementares de investimentos rentáveis dentro da esfera da indústria de armamento, da 'indústria do meio-ambiente', da ajuda ao desenvolvimento' no estrangeiro, dos trabalhos em infra-estrutura, etc, a uma escala até então desconhecida (além de controlar as crises econômicas e sociais cada vez mais explosivas)⁶ (...) A hipertrofia e a autonomia crescentes do Estado do capitalismo tardio correspondem, historicamente, ao corolário do crescimento das dificuldades de reprodução do valor do capital e da realização da mais-valia (...) [Por outro lado], a justaposição de uma articulação privada dos interesses de classe burguesa, e da centralização crescente das decisões políticas dentro dos aparatos técnico-administrativos do Estado propriamente dito, conduz a uma 'síntese', pela união pessoal entre grandes trusts e os altos funcionários do governo, que então se toma a regra dentro de numerosos países" (Mandel. 1993. p. 484-451).

A fase do capitalismo monopolista não implica, porém, que o monopólio representaria, então, um fenômeno inédito na história da civilização burguesa, ou que a concorrência teria terminado. A novidade reside no fato de os vínculos entre concorrência e monopólio se exercitarem a partir de um grau de concentração e de centralização do capital *qualitativamente diverso daquele do passado*, do chamado capitalismo da livre concorrência. Dadas as dimensões ampliadas dos capitais acumulados, e que constituem

⁶ Do que decorre que a gestão da crise, pelo Estado, transforma-se na *crise fiscal permanente do Estado*, como muito bem retratou (também em relação ao caso dos Estados Unidos). Ver a respeito O' Connor, 1977.

uma "barreira formidável à penetração de outros capitais dentro dos ramos de produção monopolizados, prolonga-se consideravelmente, em conseqüência, a duração da apropriação dos super-lucros" (Mandel, 1993, p. 530). Amplia-se a escala da produção, acirra-se a concorrência, mundializa-se, cada vez mais, o capital. Outros ramos da atividade produtiva são incorporados àquele da formação do valor. Expande-se o setor de serviços, desenvolvem-se os transportes e as telecomunicações, ativa-se a indústria de guerra, deflagra-se a terceira revolução tecnológica - que deságua na informatização de todos os ramos produtivos e na emancipação do processo contínuo de produção do contato direto com as mãos humanas -, tudo num esforço conjunto do capital para elevar a taxa de lucro no período que se sucede à II Grande Guerra.

Todas essas mudanças não significam, contudo, para Mandel, que a "terceira idade" do capitalismo implique a caracterização de um período de mudança na *essência* do fenômeno do imperialismo da primeira metade do século - teorizado por Lênin, Rosa Luxemburgo, Bukharine, Grossman e outros. Os desdobramentos do capitalismo a partir dos anos 1950 (Mandel, 1971, p. II)⁷ são vistos, pelo autor, não como uma etapa distinta daquela do imperialismo, mas como uma *exacerbação do mesmo*, espécie de "alto-imperialismo", caracterizado pelo império definitivo do capital monopolista trans-nacionalizado e o seu controle sobre o planeta através de sua associação direta com os aparelhos de Estado em todo o globo - conservando e dando validade, assim, às teses básicas de Lênin.⁸ Não haveria, para Mandel, mudanças radicais de conteúdo entre a "segunda idade" do capitalismo (o

⁷Que, num outro ensaio, vem indicado pelo autor como período do apogeu do *neoimperialismo*.

⁸Interessante é acrescentar que, para Mandel, tal como exposto em seu ensaio "A Economia do Neocapitalismo", publicado oito anos antes de *O Capitalismo Tardio*, o novo *modus operandis* do capital no período do pós-guerra não se deve, exclusivamente, às suas necessidades orgânicas de acumulação, como é também precipitado pela Guerra Fria^e pelo avanço das forças anti-capitalistas em todo o mundo. Mandel, 1971, p. 17.

imperialismo clássico) e a "terceira" (o capitalismo tardio), como houvera entre a "primeira" (o capitalismo concorrencial) e a do imperialismo. O capitalismo tardio representaria, fundamentalmente, não uma transformação *qualitativa* do processo em curso (como no caso anterior), senão, tão-somente, um aprofundamento da reprodução desigual do desenvolvimento capitalista internacional, agora com diferenciação em níveis de *produtividade, renda/salário e prosperidade* entre países imperialistas e países subdesenvolvidos (ou entre regiões do globo) (Mandel, 1971, p. 68-74).

O cerne da questão situar-se-ia na nova articulação que se estabelece, nesse contexto, entre as dimensões *nacional e internacional* da acumulação do capital. Em outras palavras, enquanto na era da livre concorrência (século XIX) o capital produtivo apresentava, ainda, uma relativa *imobilidade* em âmbito *internacional*, concentrado e centralizado que estava, basicamente, em nível das esferas *nacionais*, na fase clássica do imperialismo (sobretudo na primeira metade do século XX), o capital, com a exportação das bases produtivas industriais, passa a sofrer um rápido processo de *concentração*, agora em nível *internacional*, favorecido pelas conquistas da segunda revolução industrial. Em conseqüência, reduz-se drasticamente o número de capitais em competição em certos ramos da produção, até sua dominação, por inteiro, em todo o globo, pelos *trusts* e companhias monopolistas, sem que, contudo - dada a própria luta mundial entre forças imperialistas e a conseqüente divisão do mercado mundial por zonas de influência - , resultasse essa concentração, também, numa *centralização* em escala *internacional*. Dito de outra forma, apenas um movimento de *concentração* monopolista inter-nacional, sem significativas interpenetrações (fusões) internacionais do capital (*centralização internacional*), estaria a demarcar, assim, as características fundamentais do período clássico do imperialismo, e que, somente com as crises, recessões e guerras - além da Revolução de Outubro de 1917 (que subtraiu, temporariamente, parte do mercado mundial à influência direta desses oligopólios) e

suas posteriores repercussões no plano político mundial -, tiveram, com o tempo, de ser revistas e superadas.

A fase do pós-guerra, apoiada na chamada *terceira revolução tecnológica*, marca, em contrapartida, uma reviravolta crucial na dinâmica da acumulação capitalista, na medida em que o capital completa a tarefa histórica de sua definitiva *internacionalização* (e que, na verdade, apresenta-se como *transnacionalização*): a *internacionalização das próprias empresas oligopólicas* (leia-se, *centralização internacional*) (Mandel, 1971, cap. 10). Aqui, as companhias *multinacionais* se tornam a forma organizacional determinante do grande capital, num movimento de crescente e permanente *integração vertical*; combinam ramos e negócios situados em diferentes países numa única unidade produtivo-gerencial, correspondendo o processo a uma nova onda de desenvolvimento desigual (mas combinado) de exploração de fontes de matérias-primas, inovação tecnológica e acumulação do capital através do globo. Ao final desse movimento, tem-se uma transferência contínua da propriedade não apenas de um país para o outro, mas de grupos nacionais para aqueles gigantes transnacionalizados. Esse novo patamar da centralização do capital vem acompanhado, além do mais, de um gradual dismantelamento do poder dos vários Estados nacionais e de sua substituição pelo crescimento de novas formas de *poder estatal federativo supranacional*.⁹

A centralização internacional do capital pode ser entendida como uma tentativa deste em quebrar as históricas barreiras do Estado-nação (...) O desenvolvimento das companhias multinacionais e a mudança da ênfase dentro do imperialismo na direção da exportação de máquinas, equipamentos e veículos (...) deve ser visto como um resultado 'orgânico' do próprio desenvolvimento do capi-

⁹ Sobre o tema, considerando seus desenvolvimentos teóricos mais recentes, ver Wallerstein, 1984; Rosecrance, 1986; Ciaude Jr, 1988; Held, 1995; Picciotto, 1991; Rosenau & Czrmpiel, 1992; Axford, 1995.

Estudos de Sociologia

talismo em seu estágio avançado, (...) processo que tende a privar a assim chamada burguesia 'nacional' de seu domínio na indústria manufatureira (...) onde a combinação de capital público, privado e estrangeiro se torna uma das mais importantes características da fase tardia do imperialismo ou do neo-colonialismo. (Mandei, 1993, p. 342-9)

Em outro artigo, intitulado "A Concentração Internacional de Capitais e a Supranacionalidade", publicado em *Les Temps Modernes* (Paris, novembro de 1965) - anterior, portanto, a *O Capitalismo Tardio* -, Ernest Mandei já havia estampado essa tendência à *transnacionalização* do capital e seu controle progressivo sobre as esferas de influência dos antigos Estados-nação. Cita ele o caso da própria formação do Mercado Comum Europeu como um resultado direto da dita fase de alta centralização do capital, bem como um sinal do que viria a ocorrer em seguida (como a história comprovou) ao restante do planeta. De uma fase inicial de fusão de empresas nacionais (como a Edison e Montecatini italianas, a Kuhimann e Ugine francesas e a cooperação entre *trusts* automobilísticos, como a Volkswagen e a Daimler-Benz alemães), seguindo-se uma segunda de fusão com empresas estadunidenses (tome-se os casos das Máquinas Buli e Olivetti com a General Electric, e da compra de ações da Fiat pela General Motors), o Mercado Comum apontaria a chegada de uma terceira etapa de centralização do capital, agora definitivamente supra-nacional, caracterizada pela fusão de empresas de diferentes países, inaugurando-se um novo ciclo de acumulação do capital: sua *centralização internacional*. Nesse sentido,

o princípio da divisão dos riscos e da redução dos custos gerais conduz, logicamente, à idéia de integração internacional, tendência que, por sua vez, vê-se estimulada pela prática de consultas comuns com relação aos principais problemas concernentes a cada indústria. (Mandei, 1971, p. 55)

A interpenetração crescente de capitais no seio do Mercado Comum, o aparecimento de grandes amálgamas bancários e industriais, a supranacionalidade da propriedade privada resultam, em última instância, no surgimento de *organismos estatais supranacionais*, espécie de novos representantes do capital em geral (agora) *transnacionalizado*, o que demarcaria a nova fase de mundialização estrutural do sistema como um todo.

A *Economia Mundial Capitalista* (1971), do economista francês Christian Palloix, destaca-se, também, como uma outra obra marcante do período, a qual, além de influenciar toda uma geração de economistas e sociólogos da escola francesa (como Vernon, Brender, Beaud, Michalet), obteve considerável repercussão em todo o mundo. Como as demais, também ela é fortemente marcada pelo paradigma do imperialismo e pela centralidade atribuída, pelo autor, ao papel desempenhado pelo Estado-nação no novo contexto.

Centrada na idéia de que a economia *mundial* capitalista tornou-se a *realidade última* da história de todos os povos, ao inserir *todas* as formações sociais existentes em seu seio (sob o raio de sua influência), a tese de Palloix busca demonstrar que as contradições que se desenvolvem a partir daí, nas várias instâncias e espaços regionais do sistema global, seja na periferia como no centro (mantidas as especificidades de cada situação), já não mais seriam que o "reflexo", em bases nacionais, das tensões *mundiais* do modo de produção capitalista dominante (Palloix, 1971, particularmente Tome I). Reportando-se à Rosa Luxemburgo, Bukharine e outros marxistas do início de século, Palloix irá demonstrar que "este acento colocado sobre a economia mundial capitalista *por oposição à economia nacional* - conceito central da economia burguesa até aqui - não é novo dentro do pensamento marxista" (1971, p. 8).

Seu objetivo maior é costurar toda a reflexão como preparação à introdução, ao final da obra, da figura do capital monopolista *multinacional*, visando, com isso, chamar a atenção para uma nova fase de estruturação da economia capitalista

mundial. Trabalha toda a tese, não obstante, para ressaltar a continuidade da ação dos Estados nacionais nessa nova conjuntura histórica, negando-se a admitir a perda de seu poder e centralidade. Tanto que, desde o começo, afirma que "a economia mundial pode definir-se como um complexo de formações sociais - formações sociais capitalistas avançadas, subdesenvolvidas (ou dominadas e exploradas), formações sociais socialistas - colocadas [todas] sob a dominação e a determinação da *nação capitalista mais avançada* (grifo meu), a dos Estados Unidos no contexto presente" (Palloix, 1971, p. 16). Torna-se, portanto, a economia *norte-americana*, o fator determinante, em última instância, do papel cumprido por cada país ou região no conjunto da economia mundial.

No segundo volume da brochura, sobretudo nos três últimos capítulos (3, 4 e 5), onde trata das novas relações mundiais da economia capitalista em sua fase monopolista - quando aparece a política de substituição de importações nas regiões periféricas ao lado do surgimento das firmas multinacionais -, Palloix novamente reafirma a função primordial do Estado-nação, ao atribuir ao imperialismo *americano, japonês* ou *européu* a razão de toda a nova escalada de expansionismo das firmas multinacionais e da superação dos antigos limites organizativos do capital circunscritos às fronteiras nacionais. Da mesma forma, às firmas multinacionais, ele atribui o papel de *força ocultante* dos vários imperialismos de raiz (ainda) nacional. Todo o investimento analítico do autor se volta, então, para a defesa da idéia de "*neo-imperialismo*" como conceito apropriado de demarcação da "nova estrutura do modo de produção capitalista", com o "cuidado" de alertar os interlocutores para o fato de que a nova natureza multinacional da empresa capitalista (sua vocação mundial) não deveria ocultar os interesses imperialistas das várias nações subjacentes ao processo, sob pena da consagração de um novo tipo de ideologia: a "ideologia da mundialização".¹⁰

¹⁰Esta mesma posição, aliás, reflete-se em inúmeras posturas teóricas de autores/intelectuais que, até hoje, conferem ao conceito de "globalização" um conteúdo ideológico pretensamente fabricado pelas "classes dominantes" com o intuito precípua de encobrir uma nova onda de "imperialismo" em escala mundial. No Brasil, tais posicionamentos

Sob ângulos diferentes, a mesma observação pode ser endereçada a Samir Amin e seu conjunto de reflexões dedicado ao tema da acumulação mundial capitalista, detonado a partir de seu *A Acumulação em Escala Mundial* (1974) (Amin, 1974a). À *Ia Palloix*, Samir Amin entende que, no contexto do *sistema mundial contemporâneo* (no domínio do capital em escala mundial/global), não haveria mais sequer uma única formação sócio-econômica concreta (ou um conjunto dessas) que não se constituísse, enquanto parte integrante desse sistema, variável dependente dos mecanismos globais de incidência do modo capitalista de produção." Na condição de uma irresistível avalanche de dimensões mundiais, o capitalismo, como generalização da forma mercantil de produção, como processo de proletarização em massa dos produtores, como transformação da terra, do trabalho e dos instrumentos de trabalho em fatores de produção da mais-valia (capital), espraia-se progressivamente por toda a Terra, por iniciativa e controle dos países centrais (detentores do poder da inovação tecnológica). Estes levam o comércio à periferia e impõem-lhe, a partir de então, as modalidades de especialização determinadas pela nova divisão do trabalho (que se torna *internacional*) e todo tipo de dependência econômica e política, conforme as exigências inerentes a cada fase do processo mundial de acumulação do capital. Forma-se, assim,

podem ser verificados, por exemplo, no debate patrocinado, em 1995, pela UNICAMP sobre o tema "Imperialismo e Globalização", e publicado no n. 3 da Revista *Crítica Marxista* (Ed. Brasiliense, 1996). Refiro-me, particularmente, aos textos de Cano, 1996; Moraes, 1996; Soares, 1996.

¹¹ Aqui, o conceito de "*formação sócio-econômica*" é derivado de uma concepção mais abrangente das formas institucionais/materiais que dão concretude a uma determinada sociedade (ou conjunto de sociedades), envolvendo suas múltiplas instâncias de manifestação da vida social, inclusive seu(s) modo(s) de produção. "*Modo de produção*", por sua vez, é concebido como conceito mais *restrito*, atinente exclusivamente à forma particular de organização da economia (a estrutura produtiva *em si*), do que decorre, logicamente, que uma formação sócio-econômica pode conter *um* ou *vários* modos de produção no seu interior, com a predominância de algum sobre os demais. Em um outro texto de 1973 (anterior ao *V Accumulation*), *O Desenvolvimento Desigual*, Samir Amin define as formações sociais como estruturas concretas, organizadas e caracterizadas por um modo de produção dominante em articulação com um conjunto complexo de outros modos de produção a ele submetidos (p. 14). Amin, 1974b.

pouco a pouco, um sistema mundial estruturado assimetricamente (do ponto de vista das trocas comerciais e da especialização do capital produtivo), que comporta a reprodução circular, em escala ampliada, das desigualdades sociais e econômicas próprias do modo capitalista de produção, como uma espécie de máquina global de produção permanente de contrastes.

A diferença entre "centro" e "periferia" do capitalismo decorreria, portanto, do lugar historicamente ocupado por cada formação sócio-econômica nos vários contextos de evolução do sistema no seu conjunto, sendo que, no caso dos países avançados, o modo de produção capitalista apresentar-se-ia não meramente como um modo internamente *dominante* a essas formações, mas (dada a expansão de seu mercado interno) como modo *exclusivo* (quase "puro"). No que tange ao complexo das formações periféricas, contudo, seria este apenas o *dominante*, sem possibilidades tendenciais de tornar-se exclusivo (visto que, aqui, a expansão do capitalismo estaria baseada fundamentalmente na produção para o mercado externo). Isso explicaria, em última instância, porque o desenvolvimento dos países atrasados está, contínua e estruturalmente, *bloqueado*, e porque o sistema capitalista como um todo, enquanto sistema mundial (combinado e desigual) em contínua reprodução, é uma espécie de máquina permanente de "desenvolvimento do subdesenvolvimento" (Amin, 1974b, p. 162-70).¹²

Todo o argumento de Samir Amin tem, por escopo, construir uma teoria geral do *capitalismo mundial* - uma teoria da acumulação *em escala mundial* -, em que o funcionamento do sistema se expressa pela existência de um mercado mundial e pela mobilidade inter/transnacional do capital - um plano de análise que, no julgamento do autor, permita ultrapassar as (assim consideradas) limitações históricas e teóricas dos esquemas de Marx, supostamente amarrados ao modelo concreto da Inglaterra

¹² Sobre o argumento mais geral aqui resumido, ver cap. 1, *Unequal International Specialization and the International Flow of Capital*, e cap. 2, *The Formations of Peripheral Capitalism*.

do século XIX (*laissez-faire*).¹³ A fórmula de um "sistema mundial", composto por formações sócio-econômicas desiguais e sobre determinadas por um modo de produção dominante (mas não exclusivo) - o capitalista - passa a ser, então, o arcabouço teórico necessário que irá propiciar, segundo o autor, esse salto analítico, deslocando a inteligência do processo para o novo patamar concreto de sua real efetivação; a acumulação do capital *em escala mundial* - incluídas todas as configurações de combinações complexas decorrentes desse fato.

A mundialização do capitalismo, porém, para Samir Amin, considerado o período que vai de 1945 a 1970 (objeto central de suas referências), nada mais é que uma nova e mais intensa fase de expansão *do imperialismo*, tal qual irá deixar claro em *Imperialismo e Desenvolvimento Desigual* (1976). Uma manutenção de perspectiva analítica que, na moldura de todo o esforço de inovação pretendido com a afirmação do conceito de "sistema mundial", faz com que as novas formas avançadas de organização do capital surgidas pós-45 sejam consideradas, ainda (tal qual na ótica de Palloix), como a ponta do aríete da dominação *do(s) Estado(s)-nação* julgado(s) hegemônico(s) nesse novo contexto. E ainda que o autor reconheça que algumas firmas multinacionais possam até estar em contradição com seu Estado de origem,

na medida em que os elementos da burguesia que as controla não são os mesmos que dominam, naquele momento, no aparelho de Estado (...), [ainda assim] **não se pode falar de um fato multinacional autônomo, independente dos Estados. O papel de uma firma multinacional é estreitamente determinado pela estratégia do centro imperialista do qual ela depende.** (Amin, 1974b, p. 119-21, grifo meu)

¹³ Referência contida em *El Desarrollo Desigual*, 1974b, p. 149.

Desde os anos 1960/70, época em que essas análises foram elaboradas, o mundo, por certo, continuou experimentando mudanças substanciais no campo da economia, da política e da cultura. Se, neste início de século, ainda vivemos o estágio histórico do imperialismo ou se a humanidade já ingressa numa outra etapa do processo de desenvolvimento do capitalismo, qualitativamente distinta da precedente, esse é um dilema que continua em aberto. Fato é que, desde esses primeiros estudos, a teoria do capitalismo mundial se desenvolveu, ganhou outras abordagens e refinamentos e novas evoluções analíticas. Questiona-se, hoje, a preeminência dos Estados-nação como artífices ainda primordiais do jogo de poder no cenário do mundo globalizado (Michalet, 1976; Emmanuel, 1976; Braunmuhl, 1979; Chesnais, 1996); teoriza-se a ascendência das firmas transnacionais, tomadas como os novos "continentes de poder" na geografia política da alta-modernidade (Giddens, 1987; Jameson, 1993); e releva-se a configuração (em curso) de um sistema econômico e político de materialidade global (supranacional) a impor sobre as nações, como uma gaiola de ferro de dimensões planetárias (ou uma "*força corrosiva*", no dizer de Serge Latouche) (Latouche, 1992), uma inexorável e inelutável interdependência (Sklair, 1991; Bidet & Texier, 1994). São todos, evidentemente, eventos (e/ou hipóteses) inéditos, novos problemas, horizontes inovadores de reflexão que fertilizarão, sem dúvida, as ciências sociais no século XXI.

Em meio a toda essa avalanche de transformações, o que resta, contudo, ainda em suspenso - e em meio a um silêncio cada vez mais totalitário -, é a resposta a respeito *de que tipo de globalização é possível e exequível sob a regra, ainda vigente, da dominação do capital* e de seu império, também globalizado, de desigualdades, de exclusão social e de miséria... Uma questão que as teorias do neo-imperialismo, ainda que parcialmente superadas, ousaram enfrentar!

Referências Bibliográficas

- AMIN, S. *A Crise do Imperialismo*, trad. de Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.
- AMIN, S. *Accumulation on a World Scale: A Critique of the Theory of Underdevelopment*, vols. 1 and 2. New York: Monthly Review Press, 1974a.
- AMIN, S. *El Desarrollo Desigual: Ensayo sobre las Formaciones Sociales del Capitalismo Periferico*, trad. de Nuria Vidal. Barcelona: Fontanella, 1974b.
- ARRIGHI, G. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*, trad. de Vera Ribeiro. São Paulo: Contraponto/Ed. Unesp, 1996.
- AXFORD, B. *The Global System: Economics, Politics and Culture*, Polity Press, Oxford: 1995, cap. 5 "States and the Global System".
- BARAN, P. & SWEEZY, P. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1966.
- BARRATT BROWN, M. *After Imperialism*. London: Heinemann Ltd., 1973, Parte 3.
- BERGHAHN, R. *The Americanisation of West German Industry, 1945-1973*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- BIDET, J. & TEXIER, J. (orgs.). *Le Nouveau Système du Monde*. Actuel Marx - Confrontation. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- BRAUNMUEHL, C. von. On the Analysis of the Bourgeois Nation State within the World Market Context: An Attempt to Develop a Methodological and Theoretical Approach. In: HOLLOWAY, J. and PICCIOTTO, S. *State and Capital: A Marxist Debate*. Austin: University of Texas Press, 1979.
- CANO, W. Notas sobre o Imperialismo Hoje. *Crítica Marxista* n. 3. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.
- CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*, trad. de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.
- CLAUDE JR., I. L. *States and the Global System - Politics, Law and Organization*. London: MacMillan Press, 1988.
- EMANNUEL, A. The Multinational Corporations and Inequality of Development. *International Social Science Journal*, vol. XXVIII, n. 4, Unesco. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.

Estudos de Sociologia

- FURTADO, C. *Transformação e Crise na Economia Mundial*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.
- GALLAGHER, J. & ROBINSON, R. The imperialism of free trade. *Economic History Review*, vol. 6, Cambridge, 1953.
- GIDDENS, A. *The Nation-State and Violence*, Berkeley: Califórnia University Press, 1987.
- HELD, D. *Democracy and the Global Order: From the Modern State to Cosmopolitan Governance*, Polity Press, Oxford, 1995.
- HELD, D. Sovereignty, National Politics and the Global System. In: *Political Theory and the Modern State*. Cambridge: Polity Press, 1989.
- HOBBSBAWM, E. *Age of Extremes: The Short Twentieth Century, 1914- 1991*. London: Abacus, 1995.
- JAMESON, F. *Postmodernism or the Cultural Logic of Late Capitalism*, second printing. London: Verso, 1993.
- LATOUCHE, S. *L'Occidentalization du Monde*. Paris: Éditions La Découverte, 1992.
- MANDEL, E. La Economia del Neocapitalismo. In: *Ensayos sobre el Neocapitalismo*. México: Ediciones Era, 1971.
- MANDEL, E. After Imperialism. What about?. *New Left Review*, n. 25, Mai/Jun, 1964.
- MANDEL, E. *Late Capitalism*, fifth impression. London: Verso, 1993.
- MELLO, Alex F. de. *Capitalismo e Mundialização em Marx*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000.
- MELLO, Alex F. de. *Marx e a Globalização*. São Paulo: Boitempo Ed., 1999.
- MELLO, Alex F. de. *Mundialização e Política em Gramsci*. São Paulo: Ed. Cortez, 1996.
- MICHALET, C. A. *Le Capitalisme Mondial*. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.
- MORAES, J. A Miragem Global e a Rearticulação Imperialista. *Crítica Marxista* n. 3. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.
- O'CONNOR, J. *USA: A Crise do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

Alex Fiuza de Mello

PALLOIX, C. *L'Economie Mondiale Capitaliste*, tomes I e II. Paris: Maspero, 1971.

PICCIOTTO, S. The Internationalisation of the State. *Capital & Class*, n. 43, London: Spring, 1991.

ROSECRANCE, R. *The Rise of the Trading State*. New York: Basic Book, Inc. Publishers, 1986.

ROSENAU, J. & CZERMPIEL, E. Otto (org.). *Governance without Government: Order and Change in the World Politics*. Cambridge: CUP, 1992.

SKLAIR, L. *Sociology of the Global System*. London: Harvester & Wheatsheaf, 1991.

SOARES, P. de T. P. L. Globalização ou Imperialismo?. *Crítica Marxista* n. 3. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.

TANZER, M. Globalizing the Economy: the influence of the International Monetary Fund and the World Bank. *Monthly Review*, vol. 47, n. 4. London: september 1995.

WALLERSTEIN, I. *The Politics of the World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984;

WESSELING, H. L. Imperialism and Empire: An Introduction. In: W. Mommsen & J. Osterhammel (eds.), *Imperialism and After: Continuities and Discontinuities*. London: Allen & Unwin (Publishers), 1986.

RESUMO: O texto faz uma incursão em várias interpretações elaboradas a partir dos anos 60-70 a respeito dos dilemas - ainda sem solução - que emanam das mudanças substanciais que o mundo vem sofrendo nos campos da economia, da política e da cultura no final do século passado e início deste. A questão essencial é a seguinte: ainda vivemos o estágio histórico do imperialismo ou a humanidade já ingressa numa outra etapa do processo de desenvolvimento do capitalismo, qualitativamente distinta da precedente?

PALAVRAS-CHAVE: Neo-liberalismo, imperialismo, marxismo, globalização, nacionalismo.

Estudos de Sociologia

ABSTRACT: This text present various interpretations from the 60's and 70's of the dilemas - still waiting for a solution - that arise from the substancial changes the world underwent in the economy, politics and culture at the end of the 20th century. The essential question is: are we still living under the historical imperialistic period or has humanity entered another period of the process of capital development, qualitatively different from its predecessor ?

KEY WORDS: Neo-liberalism, imperialism, marxism, globalization, nationalism.